



**PRESS
RELEASE**



Decisões sobre a pesca de tubarões na Reunião Ordinária da Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico

Progresso lento na protecção do tubarão anequim e proibição mais forte do finning derrotada por pouco na ICCAT

Marraquexe, Marrocos. 21 November 2017. Os países reunidos no encontro anual da Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT) não conseguiram adotar os limites recomendados para proteger os anequins da sobrepesca, nem fortalecer a proibição do *finning*. O único novo acordo relacionado com tubarões que foi conseguido, ao oitavo dia do encontro, relaciona-se com uma decisão gradual a curto prazo para limitar as condições em que os anequins podem ser desembarcados, mas inclui inúmeras exceções e aplica-se apenas ao Atlântico Norte. Os cientistas da ICCAT recomendaram cortes na captura do anequim no Atlântico Sul e uma proibição total de retenção a bordo no Atlântico Norte para permitir a recuperação durante 20 anos da população depauperada.

"Estamos profundamente desiludidos com o facto de a ICCAT ter seguido tão pouco o aconselhamento científico mais claro que existe até agora em relação aos anequins, deixando, desta forma, esta espécie excepcionalmente vulnerável e a sua população em risco de colapso", referiu Sonja Fordham, presidente da *Shark Advocates International*, um projeto da *The Ocean Foundation*. "Esta medida é apenas um primeiro passo para enfrentarmos uma verdadeira crise na população dos anequins do Atlântico Norte, e deve ser vista como um aviso e como um ponto de partida para ações adicionais, incluindo reduções imediatas nas capturas".

A UE, os EUA e o Japão propuseram reduzir a captura do anequim do Atlântico Norte em relação aos níveis atuais (~ 3400t) para 500t, o nível que permitia acabar com a sobrepesca, juntamente com outras medidas. Marrocos, o país anfitrião, cujos embarques de anequim estão em ascensão, opôs-se, propondo 1500t. No final, as várias partes não concordaram com um valor para o limite de captura e, em vez disso, exigiram que os anequins do Atlântico Norte trazidos vivos para os barcos sejam libertados cuidadosamente, a menos que o país tenha imposto um limite de tamanho mínimo (ao longo da maturidade) ou uma proibição de devolução (que evita o lucro). Os anequins mortos podem ainda ser desembarcados (e vendidos) por barcos com menos de 12 metros, bem como por navios maiores sob certas condições para monitorização e fornecer mais dados sobre a captura. Em 2018 será avaliado se as novas restrições diminuíram o suficiente as capturas para acabar com a sobrepesca. Nessa altura, a ICCAT pode tomar medidas adicionais e já solicitou que sejam elaboradas mais análises científicas em 2019, para servirem de base nessa altura ao desenvolvimento a um plano de recuperação mais abrangente.

Uma proposta da UE para limitar as capturas do anequim no Atlântico Sul para 2000t, conforme recomendado pelos cientistas, falhou depois de o Brasil ter anunciado a sua necessidade de saber a tonelagem atribuída a cada país, tendo esta questão acabado por utilizar todo o tempo definido para esta discussão.

"Agora vamos focar-nos nos principais países que pescam anequim, particularmente aqueles que ainda não têm limites para capturar esta espécie: Espanha, Portugal, Marrocos e Brasil", disse Ali Hood, Diretor para a Conservação, da *Shark Trust*. "Incitamos esses países e a UE a começarem a trabalhar imediatamente sobre medidas para impedir a sobrepesca e começarem a recuperar a sitiada população do Atlântico Norte e a controlar as capturas do Atlântico Sul para evitar uma crise similar".

Vinte e dois países - incluindo, pela primeira vez, o Canadá - apoiaram uma proposta para fortalecer a proibição por parte da ICCAT sobre o *finning* (cortar as barbatanas de um tubarão e lançar o corpo ao mar), substituindo uma problemática relação barbatana-carcaça com um requisito mais fiscalizável - os tubarões serem descarregados com as suas barbatanas. A Costa do Marfim, a Islândia, a Nigéria, a Serra Leoa e a República da Guiné concordaram. Apenas dois países - Japão e China - bloquearam a medida, como têm feito há vários anos.

"Estamos desapontados como o facto de o Japão e a China mais uma vez terem impedido esta proibição da ICCAT, proposta por países de todos os lados do Atlântico", disse Ania Budziak, Diretora Associada do *Project AWARE*. "Estamos satisfeitos, no entanto - depois de

muito trabalho com colegas e mergulhadores - por receber o Canadá como um novo apoiante desta iniciativa-chave para promover as melhores práticas para a gestão responsável da pesca de tubarão".

Contactos para mais informações:

Helena César, helenacesar@speak.pt, 919042257

Sophie Hulme, sophie@communicationsinc.co.uk, tel: +447973712869

Notas: A *Shark Advocates International* é um projeto da *The Ocean Foundation* que se dedica a garantir políticas científicas para tubarões e raias. A *The Shark Trust* é uma Organização Não Governamental do Reino Unido que trabalha no sentido de proteger o futuro dos tubarões através de mudanças positivas. Focado nos tubarões em perigo e detritos marinhos, o *Project AWARE* é um movimento de mergulhadores em crescimento que protegem os oceanos - um mergulho de cada vez. O *Ecology Action Center* promove meios de subsistência sustentáveis baseados na conservação marinha do Canadá Atlântico. Estes grupos formaram a *Shark League* (www.sharkleague.org) e colaboram nos objetivos de conservação dos tubarões com a *WWF* e a *Defenders of Wildlife*.

Os anequins (*Isurus oxyrinchus*) são utilizados para carne, barbatanas e desporto. Esta espécie altamente migratória é pescada por muitos países do Atlântico.

Os países que registam capturas significativas de anequins no Atlântico Norte incluem (por ordem de grandeza das capturas reportadas entre 2011-2016): Espanha, Marrocos, Portugal, EUA, Japão e Canadá.

Os países que registam capturas significativas desta espécie no Atlântico Sul (por ordem de grandeza das capturas reportadas entre 2011-2016): Espanha, Namíbia, África do Sul, Portugal, Taiwan, Japão e Brasil.

Nos últimos anos (2011-2016), os navios de pesca da UE foram responsáveis por cerca de 65% dos desembarques de anequins do Atlântico Norte e 47% destes aconteceram no Atlântico Sul. Os desembarques feitos por Marrocos no Atlântico Norte aumentaram mais do dobro entre 2011 e 2016.

O anequim ficou em primeiro lugar entre os 20 *stocks* de tubarões vulneráveis às pescarias da ICCAT com base na distância euclidiana, e em terceiro lugar na classificação geral na Avaliação de Riscos Ecológicos para tubarões realizada por cientistas da ICCAT em 2012.

A ICCAT é responsável pela conservação do atum e espécies afins no Oceano Atlântico e nos mares adjacentes e é composta por 52 países, incluindo a União Europeia.

A ICCAT adotou medidas de protecção para o tubarão raposo, em 2009, o tubarão branco e martelo* em 2010, os tubarões de seda* em 2011 e o tubarão sardo ou barrilote* em 2015 (* = com exceções).

A procura elevada de barbatanas impulsiona a pesca de tubarões e proporciona um incentivo para o *finning*. A atual proibição de *finning* por parte da ICCAT é difícil de aplicar devido a uma complicada proporção de peso-comprimento utilizada para monitorizar as normas. Exigir que os tubarões sejam desembarcados com as barbatanas agarradas (como é exigido na UE, nos EUA e noutros locais) é a forma mais fiável de impedir o *finning* e também pode produzir melhores dados de captura, o que é crítico para a avaliação da população.

Mapa dos países constituintes da ICCAT que defendem as propostas (2015-2017) para proibição da remoção das barbatanas no mar:



